

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.266 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2001

Aprovada proposta que permite ao Senado acabar com a guerra fiscal

PEC de autoria de Waldeck Ornélas autoriza os senadores a votarem resolução estabelecendo as condições para que os estados ofereçam incentivos fiscais. Texto deverá ser aprovado em segundo turno antes de ir à Câmara dos Deputados

CAS

Empresas não poderão reter comissões de vendedor

PÁGINA 7



Plenário aprovou ontem PEC que visa acabar com a guerra fiscal e dois projetos que regulamentam a Previdência

O Plenário aprovou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) que autoriza o Senado a votar resolução contendo as condições para o oferecimento de benefícios fiscais pelos estados. O objetivo, segundo o autor da proposta, senador Waldeck Ornélas, é estabelecer um instrumento capaz de conter a guerra fiscal que tem prejudicado os estados mais pobres. O texto obteve 63 votos favoráveis e deverá ser aprovado em segundo turno antes de ir à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 4

Voltam à Câmara projetos que regulamentam os fundos de pensão

Duas propostas de regulamentação da Previdência Social foram aprovadas ontem com emendas e serão encaminhadas novamente à Câmara dos Deputados. Ambas estabelecem regras para os fundos de pensão.

PÁGINA 3

Ministros querem mudanças na PEC do Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizou ontem audiência pública com ministros do Tribunal Superior do Trabalho e do Superior Tribunal Militar a respeito do projeto de reforma do Poder Judiciário.

PÁGINA 6

Bancada do PMDB decide negar apoio à criação de CPI

A bancada do PMDB no Senado decidiu ontem, por 18 votos a 4, não apoiar a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar diversas denúncias de corrupção. O líder do partido, Renan Calheiros, disse, no entanto, que os senadores que já assinaram o requerimento não sofrerão pressões.

PÁGINA 8



Dos 22 senadores presentes à reunião da bancada do PMDB, 18 votaram contra a CPI

CFC solicita o que foi apurado sobre Eduardo Jorge

A Comissão de Fiscalização e Controle decidiu ontem solicitar ao Banco Central, à Receita Federal e ao Ministério Público informações sobre as investigações em torno do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge.

PÁGINA 7



Ex-presidente do Fluminense acusado de irregularidades

Em depoimento à CPI, dois ex-presidentes do clube acusaram um terceiro de receber cotas antecipadas e pagar os jogadores com cheques sem fundos.

PÁGINA 5

Caderno escolar pode ficar isento de imposto

Plenário do Senado vota hoje duas propostas: a que anistia dirigentes sindicais punidos e a que obriga fabricante a assegurar por cinco anos a oferta de peças a veículos que saíram de linha



Relator da proposta de isenção para cadernos escolares, Fogaça lembra que livros já não são tributados

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que isenta de impostos os cadernos escolares será votada em primeiro turno, hoje, no Plenário do Senado. Autor da iniciativa, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) argumenta que os cadernos escolares constituem item indispensável ao cotidiano das crianças e dos jovens, merecendo, dessa forma, que se favoreça sua aquisição, barateando seu custo. O senador José Fogaça (PMDB-RS), que relatou a matéria, lembrou que os livros didáticos também têm isenção de impostos, garan-

tida pela Constituição.

O Plenário vota ainda hoje dois projetos de lei. O primeiro, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimentos reivindicatórios. O projeto visa proteger os trabalhadores que tenham exercido o direito de greve e garante aos demitidos a reintegração ao emprego. Em sua justificativa, Dutra salienta que a greve é um direito legítimo dos trabalhadores. O relator do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-

PR), apresentou um substitutivo que diminui o prazo de abrangência do projeto.

O outro projeto de lei dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), relator de um projeto de autoria do então senador João França, apresentou substitutivo que determina que todos os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de seus produtos por um período mínimo de cinco anos após cessada sua produção ou importação.

Comissão avalia as relações com o Canadá

O Senado instala hoje, às 11 horas, a comissão temporária que vai acompanhar as relações bilaterais, particularmente no âmbito comercial, entre Brasil e Canadá. Os senadores vão escolher o presidente, o vice-presidente e o relator da comissão.

A comissão foi criada a requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE), por ocasião das sanções impostas pela Organização Mundial do Comércio ao Brasil em virtude das disputas dos dois países pelo mercado de aeronaves comerciais.

Quando defendeu a rápida instalação da nova comissão, o senador alertou para a possibilidade de o Brasil sofrer retaliações comerciais, entre outros motivos porque os organismos internacionais que administram contenciosos têm "uma lógica insidiosa sempre em detrimento dos países emergentes, que ousam desafiar os tradicionais donos dos mercados".

Lobão recebe secretário de Estado de Portugal, em visita oficial ao Brasil

O 1º vice-presidente do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem Diogo Lacerda Machado, secretário de Estado de Portugal, e sua comitiva, como parte da agenda da visita oficial do grupo ao Brasil. O senador recebeu os visitantes na sala de autoridades do gabinete da Presidência do Senado.

A delegação portuguesa incluía os deputados Jorge Lácio Costa, Cláudio Ramos Monteiro, Miguel Bento Macedo e Silva, Maria Odeite Santos e Telmo Noronha Correia; a chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Justiça, Maria Cristina Bento; a diretora-geral da Administração Extrajudicial, Conceição Oliveira Costa; e o diretor do Gabinete para Relações Internacionais Europeias e de Cooperação, Gil Galvão. Os jornalistas Catarina Gomes, do serviço público português, e João Cepeda, do *Diário de Notícias*, acompanharam a comitiva.

MILITARES

Edison Lobão recebeu também ontem um grupo de diri-



Na sala de autoridades do gabinete da Presidência do Senado, Diogo Lacerda Machado conversa com o senador Edison Lobão

gentes da Confederação Nacional dos Militares. A entidade defende a rejeição da Medida Provisória 2.131, que regula a remuneração dos militares, afirmando que a medida, ao contrário do que foi anunciado pelo governo, causa grandes prejuízos à categoria.

O presidente da entidade, general José Vilhena, estava acom-

panhado dos brigadeiros Ivan Frota e Eden Asvolinsque e do coronel Aurélio Feitosa, todos da reserva. Eles explicaram que, embora os militares da ativa sejam igualmente prejudicados pela MP, nenhum pôde comparecer porque o militar da ativa não pode manifestar-se, sob pena de sofrer sanções disciplinares.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (veda instituir imposto sobre cadernos escolares); PLS nº 196/95, concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto IPC, a ser concedida ou mantida pela União; e PEC nº 50/96, convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional, e altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária.

COMISSÕES

10h - CPI do Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente do Vasco da Gama, Mário Cupello. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

10h - Comissão Temporária destinada a acompanhar as relações de comércio internacional entre Brasil e Canadá

Pauta: instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e designação do relator. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

Parlamentares portugueses visitam Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também recebeu, ontem, uma delegação parlamentar de Portugal. De acordo com o senador, eles vieram trocar informações sobre o funcionamento do Congresso. Estiveram presentes, entre as autoridades de Portugal, os deputados Jorge Costa, presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e Miguel Bento Macedo e Silva, do Grupo Parlamentar do PSD, além de representantes de outros partidos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado aprova novas regras para fundos de pensão

Um dos projetos institui a portabilidade, instrumento pelo qual o participante de uma entidade poderá transferir sua poupança acumulada para um novo plano. Outro regulamenta relação do poder público com os respectivos fundos

Acolhido projeto que pune com rigor conduta criminosa

O Senado aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que, com o objetivo de reprimir com maior rigor a conduta criminosa quando havida com violência ou grave ameaça, aumenta o período de cumprimento da pena necessário para que haja a transferência para regime mais brando.

Em caso de pena superior a oito anos, a progressão só poderá ocorrer depois que o preso tiver cumprido ao menos dois quintos da pena, ou três quintos, se for reincidente. Segundo Tuma, a medida é salutar, pois leva o condenado a “refletir melhor sobre seu ato e a se preparar com mais empenho na sua ressocialização”.

O projeto visa também a acabar com o impasse enfrentado por juízes em regiões onde não há disponibilidade de técnico para a realização de exame criminológico ou quando há previsão de tempo excessivamente longo para o exame. Com uma alteração na Lei de Execução Penal, o projeto permite ao juiz consultar outros profissionais que possam orientar sua decisão.

EMISSORAS

O Senado também votou dois projetos de decreto legislativo que tratam da exploração de serviço de radiodifusão em frequência modulada. O primeiro aprovou, por um prazo de dez anos, permissão de exploração do serviço para a Rádio Difusora Rhema, localizada em Nova Granada (SP). O outro renovou, também por dez anos, a permissão de exploração do serviço para a Rádio Globo Eldorado, na cidade do Rio de Janeiro.



Tuma propôs tempo maior de cumprimento da pena para que haja transferência a regime mais brando



Com as alterações aprovadas ontem pelo Plenário do Senado, os dois projetos retornam à Câmara dos Deputados

Relator afirma que mudanças trazem mais transparência

“Vamos passar a dispor de regras claras, fiscalização permanente, processo de acompanhamento e transparência nos fundos de pensão”, afirmou o relator das propostas que regulamentam a previdência complementar e os fundos de pensão, na discussão da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que aprovou os respectivos pareceres.

Jucá destacou que, pelo projeto anterior, quando cessava o vínculo entre o usuário e o fundo, o trabalhador tinha o direito de receber os recursos. Agora, com as mudanças introduzidas por emen-

das, o trabalhador passa a ter o direito de transferir esses recursos do plano para outro plano e continuar a fazer sua previdência complementar. No entanto – ressaltou o senador –, se o beneficiário quiser receber esses recursos, também pode.

Entre as emendas aprovadas pela CAS, uma institui o voto de minerva dos presidentes dos conselhos de administração e fiscal e a outra estabelece que os fundos de pensão de estatais só poderão fazer parte do controle acionário de empresas privatizadas se houver decisão de suas patrocinadoras.

CCJ avaliará emendas à PEC dos fundos constitucionais

Levada a votação ontem, em Plenário, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê mudanças no perfil dos financiamentos ao setor produtivo pelos fundos constitucionais do Norte e do Nordeste voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para exame de emenda. De autoria do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) e de outros senadores, a PEC prevê que metade dos recursos assegurados à região Norte será aplicada em projetos de infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização. A proposta também assegura à região do semi-árido a metade dos recursos destinados ao Nordeste, sem a obrigatoriedade de

aplicação em obras de infra-estrutura.

Em seu parecer, o relator da matéria na CCJ, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), propôs que também as regiões Nordeste e Centro-Oeste apliquem 25% dos recursos obrigatoriamente em infra-estrutura. Emenda de Plenário assinada por vários senadores mantém o percentual de investimento em infra-estrutura proposto por Tebet. Entretanto, eleva de 3% para 4% a parcela de aplicação vinculada dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) – fonte de onde emanam os recursos dos fundos – prevista no artigo 159 da Constituição.

Dois projetos de regulamentação da Previdência Social foram aprovados ontem pelo Plenário e serão encaminhados de volta à Câmara dos Deputados. Um deles regulamenta o regime de previdência complementar e prevê incentivos para o estabelecimento de novos fundos de pensão. O outro define o relacionamento entre os três níveis de governo – União, estados e municípios – e as suas próprias entidades de previdência.

Uma das principais inovações do primeiro projeto – aprovado por 65 votos a um – é a criação da portabilidade, por meio da qual o participante de um plano de previdência complementar poderá transferir sua poupança acumulada para outra entidade, caso termine o vínculo empregatício com o patrocinador do plano original. Também é estabelecido o benefício proporcional diferido, instrumento que permite ao trabalhador que deixou o emprego antes de conquistar o direito ao benefício pleno receber quantia proporcional às suas contribuições.

A proposta cria dois mecanismos de estímulo à criação de novas entidades de previdência complementar. Pequenas empre-

sas poderão formar um fundo comum – chamado de multipatrocinado. A mesma possibilidade passa a ser aberta aos sindicatos e associações classistas ou setoriais, que, ao formar seus próprios fundos, passarão a ser denominados instituidores. De acordo com o texto aprovado, os investimentos e rendimentos feitos com recursos das reservas técnicas dos fundos poderão ser incentivados e deverão ter a tributação diferida em relação ao imposto sobre a renda.

O segundo projeto – aprovado por 69 votos a zero – estabelece que, nos planos de benefícios dos fundos patrocinados por cada um dos três níveis de governo, a contribuição do patrocinador não excederá, em nenhuma hipótese, a do participante. Foram acolhidas três emendas – apresentadas pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Heloísa Helena (PT-AL) – que definem a paridade entre patrocinadores e assistidos no conselho deliberativo dos fundos e restringem o controle ou participação em acordo de acionistas de empresas.

– A aprovação dos dois projetos é um passo importante para a conclusão da reforma da Previdência – disse o senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator das duas matérias na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ornélas prevê crescimento das entidades com a regulamentação

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), ex-ministro da Previdência, previu que as duas propostas estimularão o crescimento dos fundos de pensão. “A previdência complementar ainda conta com participação pequena na economia brasileira, mas tem um grande potencial de crescimento”, observou.

No Brasil, de acordo com Ornélas, os ativos dos fundos de previdência complementar representam 14% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos Estados Unidos – lembrou o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE) – essa participação é de 78% do PIB. “Somos favoráveis à previdência complementar como elemento formador de poupança

e instrumento de crescimento econômico”, disse Dutra.

Durante a discussão da matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que as propostas garantem maior transparência e profissionalismo à gestão dos fundos, que já chegaram a ser investigados por uma CPI do Senado há sete anos. “O maior atrativo de um fundo é a confiança na sua gestão”, afirmou.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra o projeto de regulamentação da previdência complementar por acreditar que a principal motivação do governo ao estimular os fundos de pensão é o de direcionar mais recursos para a especulação nas bolsas de valores.

Vai à sanção projeto sobre financiamento a áreas irrigadas

O Plenário aprovou ontem, com emendas, substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado que prevê a concessão de financiamentos a projetos de irrigação executados por empresas privadas, cooperativas e produtores rurais isolados. Uma das mudanças é a supressão do artigo 2º, que previa a divisão em lotes familiares das áreas dos projetos de interesse social.

As mudanças do substitutivo constam de parecer da relatora

da matéria no Senado, ex-senadora Benedita da Silva, hoje vice-governadora do Rio de Janeiro. Ela sugeriu também a supressão do inciso I do artigo 23, que vinculava a concessão ou a autorização de distribuição de águas públicas – para fins de irrigação – à apresentação de análise de risco de salinização do solo, quando o projeto fosse localizado na região do semi-árido nordestino.

O texto aprovado pelo Senado vai à sanção.

Alcântara elogia Plano de Educação Profissional do Ceará

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou a divulgação da Síntese do Plano de Educação Profissional do Ceará, que tem por finalidade expandir a capacitação



Alcântara registra esforço de desenvolver o ensino profissional no Ceará

profissional no estado e divulgar as informações, estatísticas, pesquisas e projetos que somam as contribuições de educadores, pesquisadores, economistas, ges-

tores e animadores culturais, entre outros profissionais especializados.

Lúcio Alcântara enfatizou que a iniciativa, apesar de ainda não ser um produto acabado, faz parte do esforço do governador do Ceará, Tasso Jereissati, de desenvolver o ensino profissional no estado. Ele acrescentou que o programa tem

ainda como objetivo a conquista da qualidade, da equidade e da empregabilidade “exigidos pelo processo de construção de uma sociedade mais próspera e solidária”.

Segundo o senador, as diretrizes do Plano de Educação Profissional do Ceará foram fixadas no início da atual gestão governamental, quando foram identificadas as carências do setor, entre as quais falta de estrutura de gerenciamento unificado; deficiência dos controles da administração; ausência de órgãos específicos; descontinuidade de ações planejadas; inadequação do sistema de ensino profissionalizante às exigências do mercado e a desatualização dos cursos afetados.

O parlamentar registrou seu voto de louvor à equipe encarregada de elaborar a Síntese do Plano Educacional Profissional do Ceará, que está sob a coordenação de Vera Lúcia Barreira Uchoa e é dirigida pelo secretário de Ciência e Tecnologia do estado, Francisco Ariosto Horta.

Aprovada emenda que visa acabar com a guerra fiscal

A PEC, acolhida em em primeiro turno, garante ao Senado competência para regulamentar a concessão de incentivos pelos estados

Por 63 votos sim, dois não e uma abstenção, o Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que garante ao Senado competência para regulamentar a concessão de



Ornélas vê Confaz como “resquício indesejável do período autoritário”

incentivos fiscais pelos estados, definindo para cada região do país os critérios de estímulo à atração de investimentos. O objetivo é pôr fim à guerra fiscal entre os estados.

Na justificativa da proposta, Ornélas criticou o papel exercido na regulamentação de incentivos pelo

Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) – que chamou de “resquício indesejável do período autoritário”. Ele afirmou que a atual legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não permite qualquer tentativa de redução dos desequilíbrios regionais.

REGISTRO

Os pais que deixarem de fazer declaração de nascimento de seus filhos no prazo legal – 15 dias ou três meses, no caso de locais que fiquem a mais de 30 quilômetros de um cartório – não serão mais obrigados a pagar multa equivalente a 10% do

salário mínimo. É o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário e enviado à sanção presidencial.

O Plenário aprovou ainda voto de louvor pelo centenário da Editora Vozes, de Petrópolis (RJ). O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que a editora mantém uma revista cultural desde 1907 e foi a primeira a abrir um escritório no exterior. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) elogiou a empresa pelos “extraordinários serviços prestados à sociedade brasileira”. E o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou o papel da Vozes na formação ética, social e moral da população nacional. “São cem anos com a mesma firmeza, a mesma correção, os mesmos princípios”, observou.

Adiada decisão sobre idade de aposentadoria compulsória

Por entendimento das lideranças partidárias, o Senado decidiu adiar, por 30 dias, a votação, em primeiro turno, de duas propostas de emenda constitucional que tramitam em conjunto, com o objetivo de ampliar de 70 para 75 anos a idade limite para a aposentadoria compulsória de magistrados, ministros de tribunais e servidores públicos em geral.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de uma das propostas, é inadmissível que sejam aposentados, compulsoriamente, magistrados, professores e cientistas aos 70 anos, como exige a legislação vigente, quando tantas vezes eles estão no auge de seu vigor intelectual. “Penso no caso do ministro do Supremo Tri-

bunal Federal (STF) Paulo Brossard, que se aposentou compulsoriamente aos 70 anos, quando poderia ter dado ao Judiciário mais anos de sua experiência e capacidade”, disse.

Simon explicou haver duas condições para que a aposentadoria compulsória se dê aos 75

anos, ao invés dos atuais 70 anos. Em primeiro lugar, é preciso que o cidadão queira continuar trabalhando; em segundo, que o tribunal, universidade ou órgão onde ele trabalha se pronuncie favoravelmente à sua permanência.



Pedro Simon quer ampliar limite de 70 para 75 anos

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou-se contrário às PECs, por entender que deveriam tramitar em conjunto com a reforma do Judiciário, atualmente em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao constatar que o Plenário estava dividido em relação à proposta, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), negociou com as lideranças partidárias o adiamento da votação, pelo prazo de 30 dias, para que a proposta seja melhor debatida.

Indicação para ministro do TCU é acolhida

O Senado aprovou ontem a indicação do deputado Ubiratan de Aguiar (PSDB-CE) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. A votação, que é secreta, por exigência da Constituição e do Regimento Interno, foi feita pelo sistema tradicional de bolas brancas e pretas, já que estão suspensas as votações secretas com registro no painel eletrônico.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) anunciou a apresentação de uma proposta de emenda constitucional (PEC) acabando com todas as votações

secretas, seja para escolha de magistrados e embaixadores, seja para a indicação de autoridades.

A PEC, afirmou a senadora alagoana, irá complementar uma outra, já apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC), que extingue o sigilo na votação de cassação de mandato de senador. “A sociedade já está exigindo conhecer todos os votos de seus representantes. A votação em aberto acabará com a possibilidade de essas matérias se tornarem alvo de um balcão de negócios”, argumentou.

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Ex-presidentes apontam irregularidades no Fluminense

Manoel Schwartz e José Pereira Antelo denunciaram à CPI do Futebol que o ex-dirigente Álvaro Barcelos recebeu do Clube dos 13 as cotas a que a agremiação tinha direito, mas pagou jogadores com cheques sem fundos

Os ex-presidentes do Fluminense Manoel Schwartz e José Pereira Antelo denunciaram à CPI do Futebol que o também ex-presidente Álvaro Barcelos recebeu antecipadamente cotas a que o clube tinha direito junto ao Clube dos 13 para pagamento de salários, mas pagou os jogadores profissionais com 32 cheques sem fundos. Álvaro Barcelos presidiu o Fluminense de janeiro de 1997 a agosto de 1998, quando renunciou devido a escândalo interno no clube.

— O dinheiro entrou na contabilidade do clube, mas os salários continuaram atrasados, porque os cheques não tinham fundos — disse Schwartz, presidente do Fluminense de 1984 a 1986. A crise financeira e administrativa do clube no período levou-o à terceira divisão do futebol brasileiro. Schwartz fez um histórico dos desmandos administrativos que levaram à derrocada do futebol do Fluminense. Segundo o ex-presidente, a situação do clube, a partir dos anos 90, sempre foi difícil, como a de todos os clubes brasileiros. Mas, quando assumiu a direção da agremiação o ex-presidente Arnaldo Santiago, os problemas chegaram a um ponto insustentável. Arnaldo, ex-jogador de basquete do Flu, médico traumatologista com sua própria clínica, não tinha tempo para dedicar-se à administração do clube.

O resultado, segundo Manoel



Schwartz, é que ele deixou o clube à mercê de pessoas sem a mínima condição para a tarefa. Quando seu mandato se encerrou,

assumiu Gil Carneiro de Mendonça, que não resistiu à crise e renunciou meses depois. Gil foi substituído por Álvaro Barcelos, que assumiu em janeiro de 1997 e renunciou em agosto do ano seguinte, em meio à crise financeira que se agravou e ao escândalo da antecipação de cotas e dos cheques sem fundos.

— Hoje, o Fluminense é o único clube do Rio com os salários de atletas e funcionários absolutamente em dia e com as dívidas com a União (INSS, impostos e tributos) completamente renegociados dentro do Refis e absolutamente em dia — garantiu o ex-presidente do clube.

O também ex-presidente José Pereira Antelo denunciou que um ex-vice-presidente de Futebol, Alcides Antunes, conseguiu que o clube reconhecesse uma dívida de R\$ 314 mil com ele em dezembro de 1996, último mês da gestão do presidente Arnaldo Santiago. A dívida seria paga em oito parcelas iguais e mensais, reajustadas em dólar. Oito meses depois, o clube recebeu uma cobrança judicial de R\$ 2,5 milhões. “Em pleno vigor do Plano Real, com a paridade do real com o dólar, a dívida passou de R\$ 314 mil para R\$ 2,5 milhões”, narrou Antelo. O clube até hoje questiona o débito na Justiça.

Vice-presidente do Vasco e líder da oposição no Palmeiras depõem

A CPI do Futebol vai tomar hoje o depoimento do vice-presidente administrativo do Vasco da Gama, Mário Cupello, e do líder da oposição à diretoria do Palmeiras, Seraphim Del Grande. Cupello vai ser interrogado sobre as irregularidades denunciadas na administração do Vasco, enquanto Seraphim Del Grande falará sobre a extinta parceria do Palmeiras com a empresa Parmalat.

Para a semana que vem, a CPI marcou os seguintes depoimentos: terça-feira, Mário Melo Soares, presidente da comissão que redigiu os novos estatutos do Santos Futebol Clube, e Leão

Vidal Sion, que presidiu a comissão de sindicância destinada a apurar irregularidades na administração de Samir Abdul-Hak, que dirigiu o clube em uma aliança com Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Na quarta-feira, deporão o vice-presidente do Vasco, Antônio Gomes de Sá, o vice-presidente jurídico, Paulo Sérgio Reis, e o presidente do Conselho Deliberativo do clube, Amadeu Pinto da Rocha. Na quinta-feira, será a vez do vice-presidente de Finanças do Clube de Regatas do Flamengo, Bruno Garavello, e da contadora do clube, Maria Ângela Alves Luz.



Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem na CPI o depoimento de Antelo e Schwartz, ex-presidentes do Fluminense



Álvaro Dias: “Todos contra quem são levantadas suspeitas virão depor na CPI”

Álvaro Dias garante que Eurico vai depor

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disse que o presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), irá depor na CPI tão logo a assessoria da comissão julgue que é o momento adequado. “Todos contra quem são levantadas suspeitas ou acusações de irregularidades virão depor, não importa quem sejam ou o que digam”, afirmou o senador, que anunciou novos depoimentos sobre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa Traffic, associada da CBF.

Álvaro Dias desmentiu que o grande acordo que envolveu Pelé, a CBF, o Clube dos 13 e o próprio ministro do Esporte e Turismo, Carlos Mello, tenha esvaziado a CPI. “Ao contrário, esse acordo já foi consequência do trabalho que fazemos aqui”, assegurou ele.

O presidente da CPI e o relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentaram ao presidente do Senado, Jader Barbalho, representação contra o deputado Eurico Miranda, que ameaçou agredir assessores da comissão. Álvaro e Althoff invocaram o artigo 244 do Regimento Interno da Câmara, e a representação será encaminhada ao presidente daquela Casa.

Jucá afirma que CPI da Biopirataria é construtiva

Autor do requerimento que criou a CPI para investigar denúncias de prática de biopirataria no país, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que a iniciativa é um exemplo de comissão útil ao país. Jucá criticou a tentativa dos partidos de oposição de instalar a CPI da Corrupção. “A CPI da Biopirataria é uma CPI construtiva, cujos resultados trarão benefícios para a sociedade”, disse.

De acordo com o senador, o Congresso recebeu inúmeras denúncias de contrabando e desvio de elementos da fauna e flora brasileiras, especialmente na região amazônica. Jucá acredita que os resultados dos trabalhos da comissão indicarão mecanismos que evitem a retirada do país de riquezas naturais sem a

permissão da sociedade.

O senador conseguiu recolher as 27 assinaturas necessárias para a instalação da comissão. O próximo passo é a indicação, pelos líderes partidários, dos senadores que irão compor a CPI.



Romero Jucá criticou tentativa de opositoristas de instalar CPI da Corrupção

Comissão visita obras custeadas pela União

Deputados e senadores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização visitam, hoje e amanhã, em São Paulo, obras que estão sendo realizadas com recursos da União. O objetivo é verificar de perto obras do sistema penitenciário do estado, do RodoAnel e da duplicação da Rodovia Fernão Dias.

Ao chegar em São Paulo, a comissão de parlamentares participará de encontro com o governador do estado, Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes, para tratar dos recursos federais destinados ao estado nos últimos anos.

À tarde, a comissão visita as obras do RodoAnel de São Paulo, onde no ano passado foram consumidos cerca de R\$ 80 milhões. Para este

ano, a previsão de investimento é da ordem de R\$ 100 milhões.

Amanhã pela manhã, a comitiva visitará as obras do sistema penitenciário, que consumiram no ano passado R\$ 4,61 milhões. Para 2001 a previsão é de que sejam gastos R\$ 36,49 milhões. À tarde, os parlamentares visitarão as obras de duplicação da Rodovia Fernão Dias, cuja execução atingiu, no ano passado, investimentos de R\$ 51,27 milhões, com previsão para este ano de R\$ 30,58 milhões.

As visitas da comissão contam com apoio dos ministérios responsáveis pelos programas, dos governos estaduais e da superintendência do Tribunal de Contas da União (TCU) no estado de São Paulo.

Ministro do TST relata problemas para executar sentenças

Em debate sobre a reforma da Justiça na CCJ, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, informa que está em andamento a execução de mais de 1,5 milhão de sentenças contra as quais não cabe mais recurso judicial

“Adicionais não melhoram a vida dos trabalhadores”

Certos custos que incidem diretamente sobre a folha de pagamento das empresas, como adicionais de insalubridade e periculosidade, deveriam ser substituídos. A opinião é do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto, para quem esses adicionais encarecem os salários sem assegurar uma melhoria das condições de vida e trabalho para os trabalhadores.

Pazzianotto fez a sugestão ao responder a pergunta formulada pelo vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PSDB-PR), durante reunião que discutiu a reforma do Judiciário. Osmar Dias perguntou qual seria a possibilidade de reduzir o custo dos encargos na folha de pagamento sem que se reduzam, no entanto, os direitos dos trabalhadores.

O ministro sugere que o adicional de periculosidade seja substituído por um seguro contra riscos, enquanto o adicional de insalubridade poderia ser trocado por “medidas efetivas que tornem o ambiente de trabalho imune a riscos que comprometam a saúde”.

Almir Pazzianotto também respondeu questão formulada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre a possibilidade de diminuição de recursos na Justiça trabalhista. O ministro opinou que a sentença de primeiro grau deveria ser revestida de mais força. Para ele, também seria possível eliminar o recurso ordinário, restringindo o exame de processos pelos tribunais superiores.

Pazzianotto não encampou a avaliação de Jefferson Péres de que as comissões de conciliação fracassaram. Para ele, ao contrário do que afirmou o senador, as comissões de conciliação têm alcançado o objetivo para o qual foram criadas.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Almir Pazzianotto, lamentou as dificuldades encontradas para a execução de sentenças transitadas em julgado, aquelas contra as quais não cabem mais recursos judiciais. Em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que discutiu a reforma do Judiciário, o ministro informou que foram concluídas, ano passado, quase 550 mil execuções, mas que permanecem em andamento 1,538 milhão de execuções.

Pazzianotto disse que as dificuldades na execução ampliam-se quando a situação econômica do Brasil agrava-se, aumentando o número de processos na Justiça. O ministro afirmou ainda ser hoje muito comum haver execuções trabalhistas em empresas que deixaram de existir e cujos bens penhorados para honrar compromissos nada valem, tornando inócuo o reconhecimento dos direitos trabalhistas.

Para ele, um exemplo “estrangeiro” é a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), que entrou em processo de liquidação deixando 45 mil ações trabalhistas penden-



Pazzianotto é contra aumentar número de ministros do TST

tes. Segundo o ministro, a Rede não tem dinheiro para pagar as execuções e os ex-ferroviários não conseguem receber os valores determinados pelas sentenças transitadas em julgado.

CONTRA AMPLIAÇÃO

Pazzianotto defendeu a manutenção da composição do TST em 17 ministros togados, após a emenda constitucional que extinguiu os dez cargos de magistrados classistas do tribunal. A proposta de emenda à Constituição (PEC) que tramita no Senado, de autoria do ex-deputado Hélio Bicudo, sugere a volta à composição de 27 integrantes.

O ministro também pregou a ampliação do número de varas trabalhistas, que hoje somam 1.109 em

todo o país. Ocorre que as varas do trabalho estão presentes em apenas 535 municípios. Esses têm jurisdição em outras 4.728 cidades, mas há 833 municípios onde a jurisdição trabalhista é exercida por juízes de Direito, explicou o presidente do TST.

O ministro citou o exemplo da vara trabalhista de Sobral (CE), que exerce jurisdição sobre 44 municípios, alguns distantes até 170 quilômetros da sede. No Amazonas, ele disse que a vara de Humaitá tem jurisdição sobre Apuí, a 440 quilômetros de distância, enquanto Itacoatiara tem jurisdição sobre Autazes e Itapiranga, acessíveis apenas por via fluvial.

Para Pazzianotto, é preciso também fazer uma melhor distribuição dos autos. Exemplificou dizendo que a vara de Xapuri (AC) recebe 60 processos por ano, enquanto há varas em São Paulo que recebem 5 mil processos no mesmo período.

Ele é contrário à idéia de instalar varas itinerantes na Justiça do Trabalho. As distâncias entre cidades, como as do Amazonas, tornam a idéia impraticável, justificou.



Amir Lando relatará no Plenário o projeto, que foi enviado pelo Poder Executivo

CCJ aprova fim de multa para atraso em certidões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o projeto que revoga a multa atualmente paga por responsáveis pelo atraso nas declarações de nascimento, de 10% do salário mínimo. O projeto, de iniciativa do Poder Executivo, foi aprovado na Câmara e terá parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO) ao ser examinado pelo Plenário do Senado, em regime de urgência constitucional.

Na CCJ, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) leu o parecer favorável à aprovação do projeto, em cujo texto a suspensão da multa é entendida como forma de facilitar ao máximo as declarações de nascimento, que é considerado o primeiro passo para a cidadania plena.

O plenário da CCJ também acolheu requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR) para que seja identificado o beneficiário de cheque emitido pela prefeitura de Maringá (PR), no valor de R\$ 92.160,00, nominal ao extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), depositado na agência do Banco do Brasil situada no Senado.

Segundo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que ofereceu parecer favorável ao requerimento, os fatos noticiados por Requião são graves, especialmente por tratarem de malversação de recursos públicos. O Plenário do Senado também deverá deliberar sobre o assunto.

Presidente do STM defende especialização judicial

O presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Aldo Fagundes, e o tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla, ministro da corte militar, defenderam ontem, em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mudanças na proposta de emenda constitucional de reforma do Judiciário aprovada na Câmara e em exame no Senado. Eles propõem a inclusão de um ministro do STM no Conselho Nacional de Justiça e a ocupação de uma das vagas do tribunal por juízes-audidores.

As duas modificações, conforme foi ressaltado por Ferolla, constam de emendas à PEC apresentadas na CCJ pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Na opinião de Aldo Fagundes, os deputados não incluíram um ministro do STM no Conselho Nacional de Justiça porque, quando examinaram a matéria, a própria manutenção da Justiça Militar estava em discussão, como aconteceu também com a Justiça do Trabalho, ameaçada de extinção.



Aldo Fagundes, o presidente da CCJ, Bernardo Cabral, o tenente-brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla e o senador Osmar Dias

Assim como o Direito Penal Militar é antigo na estrutura jurídica do país, atualmente, segundo Fagundes, a Justiça Militar inscreve-se na tendência à especialização judicial. “A premissa é que temos vínculos óbvios com as Forças Armadas”, explicou.

Ao senador Romeu Tuma, para quem as decisões da Justiça Militar estadual deveriam ser apreciadas pelo STM, Fagundes disse que a proposta é viável e deve ser analisada.

O STM é a mais antiga corte do

país, fundado como Suprema Corte Militar de Justiça em 1º de abril de 1808, logo após a chegada de dom João VI, destacou Sérgio Ferolla, observando que Aldo Fagundes é o primeiro ministro eleito em dois séculos de existência da instituição. É também o primeiro civil a integrar a suprema corte militar, completou o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que registrou a presença, na comissão, do almirante-desquadra Sérgio Pedrosa e do brigadeiro Querubim Rosa Filho.

Comissão de vendedor não poderá ser retida

CAS aprova parecer do senador Maguito Vilela favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga as empresas a liquidarem integralmente as percentagens relativas a vendas que tenham sido objeto de parcelamento

Para evitar a retenção do pagamento das comissões dos vendedores até a cobrança total dos valores da venda, os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram ontem parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável a projeto da Câmara



O senador Romeu Tuma preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

que obriga as empresas a liquidarem, integralmente, as comissões e percentagens dos vendedores nos negócios que tenham sido objeto de parcelamento.

O projeto prevê que o empregado receberá o valor integral de seu trabalho no pagamento da primeira parcela pelo cliente. Define também que, em caso de estorno do negócio, o desconto do valor pago ao vendedor, a título de comissão, será cobrado parceladamente.

Com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), a CAS aprovou ainda projeto da Câmara estabelecendo que o poder público fará a identificação, em todo o território nacional, das

áreas desertificadas, as quais somente poderão ser exploradas mediante a adoção de adequado plano de manejo, com o emprego de tecnologias capazes de interromper o processo de desertificação e de promover a recuperação da região.

A proposta, que acrescenta artigo à Lei da Política Agrícola, também prevê que o poder público estabelecerá cadastros das áreas sujeitas a processos de desertificação, em âmbito estadual ou municipal. De acordo com o parecer, a proposição visa reparar o veto ao artigo daquela lei que dispunha sobre a concessão de incentivos para o reflorestamento com

essências nativas e exóticas.

Outro projeto da Câmara aprovado pela CAS faculta às pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida e às gestantes o acesso alternativo, desimpedido de barreiras, a veículos de transporte coletivo cuja entrada seja controlada por meio de catraca ou roletas, sem prejuízo do pagamento da tarifa e do cumprimento de outras exigências, quando cabíveis.

O ex-senador Júlio Eduardo (PT-AC), que deu parecer favorável à matéria, apresentou emenda ampliando o grupo dos que poderão beneficiar-se com a proposta. Originalmente, só as gestantes eram distinguidas.

Reprodução assistida será tema de audiência pública

A reprodução assistida será tema de audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais realizará a requerimento do senador Tião Viana (PT-AC). Ele solicitou prioridade para o evento, aprovado ontem pelos membros daquela comissão. A data para a realização des-



Viana: sociedade espera disciplinamento da reprodução assistida

sa audiência pública ainda será marcada pelo presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Conforme Tião Viana, a sociedade brasileira aguarda com ansiedade o disciplinamento da reprodução assistida, norma que estabelecerá limite para produção de embriões, prazo de congelamento, destino dos embriões e redução embrionária, entre outros dispositivos.

O senador lembrou que o projeto de Lei do Senado nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida, encontra-se sobrestado, até que seja realizada essa audiência pública.

Nesse evento, deverão ser ouvidas as seguintes autoridades: Edson Oliveira Andrade, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Edmundo Chada Bracat, presidente da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia; Rui Alberto Ferri-

ani, presidente da Comissão Nacional Especializada de Fertilização Assistida; Gali Therezinha Zancan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Jusara Maria Leal de Meirelles, professora de Direito Civil da PUC/PR; Débora Diniz, diretora-executiva do Instituto de Biotécnica, Cidadania e Gênero; o deputado De Velasco, representante da Igreja Evangélica; o padre Evangelista Figueiredo, coordenador da Pastoral da Saúde da CNBB; e o presidente da Sociedade Brasileira de Genética, João Stenghel Morgante.

CFC aprova requerimentos de informações sobre Eduardo Jorge

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou, ontem, três requerimentos de autoria do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que solicitou ao Banco Central, à Receita Federal e ao Ministério Público informações sobre as investigações em torno do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho Caldas Pereira e diversas pessoas e empresas ligadas a ele. O objetivo é averiguar se foram apurados indícios de enriquecimento ilícito, sonegação fiscal ou de patrimônio incompatível com rendimentos declarados, assim como as supostas ligações de Eduardo Jorge com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, atualmente preso em São Paulo por desviar recursos de obra do TRT.



Antero Paes de Barros solicitou as informações ao BC, à Receita Federal e ao Ministério Público

— Até agora houve muitas insinuações, mas nenhuma prova envolvendo Eduardo Jorge — disse o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que apoiou os requerimentos de Antero.

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) indagou sobre a juridicidade dos requerimentos, já que eles não fazem referência a qual-

quer procedimento anterior. O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que a comissão tem prerrogativas que não têm sido utilizadas. Segundo Suassuna, a pedido de qualquer senador ou cidadão brasileiro, a CFC pode requerer informações a outros Poderes da República sem a necessidade de dirigir-se à Mesa do Senado. Ele afirmou ainda que caberá ao BC estabelecer qualquer restrição às solicitações.

— A CFC exercerá plenamente os poderes que lhe são conferidos pela Constituição — afirmou, lembrando que a comissão poderá fiscalizar não só a União, mas também os Poderes Legislativo e Judiciário e os estados e municípios que tenham recebido dinheiro público para implementação de obras ou programas.

Patrocínio pede que governo revise dívida de agricultores

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) solicitou aos Ministérios da Fazenda e da Agricultura e do Abastecimento que revisem os juros cobrados pelo Programa de Desenvolvimento da Agricultura no Cerrado (Proceder). Aplicados no estado de Tocantins, os recursos do programa são enviados pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional e repassados pelo Banco do Brasil. O terceiro módulo do programa (Proceder III) beneficiou 40 famílias de pequenos produtores. Os juros que a agência japonesa cobra do banco brasileiro ficam em torno de 2,5% ao ano. Enquanto isso, continuou o parlamentar, a instituição obriga os agricultores a pagarem juros de mais de 29%. Ele disse que a ação distorcida do Banco do Brasil na condução do Proceder está sendo objeto

de contestação judicial por parte dos produtores e das autoridades estaduais do Tocantins. O senador observou que o banco transcendeu os ditames contratuais. — Com isso, os agricultores foram condenados à inadimplência — disse Carlos Patrocínio. Para o parlamentar, com essa taxa de juros, o projeto, iniciado em 1995, fica inviabilizado. O senador considera que o Proceder, uma idéia que podia ser exportada para outros estados do Centro-Oeste, vai fracassar por causa da insensibilidade do governo em entender a importância da agricultura para o país. Na opinião de Carlos Patrocínio, não foi cuidando de financiamentos e bancos que os agricultores do país conduziram o Brasil “ao *status* de potência agrícola mundial que hoje ostentamos”.

Bancada do PMDB decide rejeitar instalação de CPI

Por 18 votos a 4, senadores concluem que investigação de denúncias contra o governo e políticos cabe ao Ministério Público e a outros órgãos. Líder do partido esclarece que não haverá pressão contra quem assinou o requerimento

Por 18 votos a 4, a bancada do PMDB no Senado decidiu ontem que o partido não vai apoiar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar diversas denúncias de corrupção envolvendo políticos, gestores públicos e banqueiros, entre outros. Os cinco senadores ausentes – José Sarney (AP), José Alencar (MG), Amir Lando (RO), Pedro Simon (RS) e Gerson Camata (RS) – foram consultados durante a reunião ou já haviam manifestado sua opinião, mas não tiveram seus votos contabilizados.

– A decisão do PMDB foi a mais democrática possível e decorre do fato de a bancada entender, em sua maioria, que não deve ser feita uma investigação política das denúncias, deixando essa tarefa para os órgãos com tal atribuição, como o Ministério Público, o Judiciário e o Tribunal de Contas da União – declarou o líder do partido, senador Renan Calheiros (AL), que distri-

buiu nota à imprensa explicando que a CPI proposta “é derivada de contendas pessoais e está sendo gerenciada com propósitos nitidamente políticos e eleitorais”.

Segundo Calheiros, a decisão aconteceu em clima democrático e em nenhum momento os senadores do partido que já assinaram o requerimento de criação da CPI sofreram ou vão sofrer algum tipo de pressão. “O PMDB usa a tática do convencimento. Nós não vamos exigir ou negociar nada. Não vamos transformar o partido em quitanda clientelista”, garantiu.

Seis senadores do PMDB já assinaram o pedido de CPI: José Alencar (MG), Pedro Simon (RS), Maguito Vilela (GO), Roberto Requião (PR), José Fogaça (RS) e o presidente do Senado, Jader Barbalho (PA). Até o momento, 25 senadores, no total, subscreveram o requerimento, sendo 16 deles da oposição e três do PFL.



Renan Calheiros, líder do PMDB: “Usamos a tática do convencimento, não vamos exigir ou negociar nada”

Fogaça, Maguito e Requião mantêm apoio

Os senadores José Fogaça (RS), Maguito Vilela (GO) e Roberto Requião (PR) deixaram a reunião logo após votarem e confirmarem a intenção de não retirar a assinatura pelo pedido da CPI da Corrupção. Requião disse que, em sua opinião, o partido deveria apoiar em bloco a CPI, pois o senador Jader Barbalho havia apresentado, durante a reunião, um documento emitido pelo Banco Central, inocentando-o de qualquer tipo de irregularidade junto ao Banpará.

– Ora, a prova que Jader mostrou é contundente e constitui-se documento jurídico consistente da isenção do senador. Este, então, é mais um motivo para o PMDB apoiar a CPI. Assinar ou não deve ser uma atitude de consciência em primeiro

lugar e não de decisão partidária – defendeu Requião.

Esse também é o entendimento dos senadores José Fogaça e Maguito Vilela. Maguito disse ainda que sempre apoiou e continuará apoiando a criação da comissão. “O PMDB não devia estar no governo. Mas já que está, continue”, comentou o senador sobre a posição final de sua legenda.

ANTONIO CARLOS

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que também assinou o documento pela CPI, afirmou em entrevista que considera grave a decisão do PMDB.

– Acho que é preciso interpretar esse ato, pois o comum é que, assinando um requerimento, o líder seja acompanhado por seus liderados – disse.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, diz que só assinou o pedido de CPI porque é alvo de denúncias a serem apuradas



Jader Barbalho: “Não é conveniente e seria prejudicial ao país”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, informou que, “na condição de presidente do partido”, manifestou-se contrário à instalação da CPI da Corrupção na reunião da bancada do PMDB. Ele conversou na manhã de ontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso e concordou com a tese defendida pelo governo sobre a questão.

Segundo Jader, “uma CPI com espectro tão amplo, tão variado neste momento não é conveniente, considerando que o país tem outros instrumentos de apuração, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União”. O senador sustentou que a sociedade organizada tem mecanismos pertinentes de fiscalização.

O presidente do Senado contou que, na conversa com o presidente, também tratou de medidas provisórias, da pauta do Congresso, de alguns projetos do Executivo que tramitam na Casa e, “evidentemente, sobre essa questão política do momento”. A respeito da CPI, Jader disse ter achado o presidente muito tranquilo em relação à questão. E comentou que, “o presidente considera que uma CPI neste momento não é conveniente e seria prejudicial ao país”. Também disse que o governo confia em sua base parlamentar.

No encontro com os demais senadores peemedebistas, Jader argumentou sobre a impro-

priedade de o Senado constituir a CPI. E destacou que não vê contradição no fato de ter assinado o requerimento de criação dessa comissão e, ao mesmo tempo, apontar a inconveniência de sua instalação. O presidente do Senado explicou que teve de assinar em função de ter sido incluído como um dos pontos a serem investigados.

CPI

Ao chegar ontem ao Congresso Nacional, Jader Barbalho já havia dito que, apesar de sua posição pessoal em favor da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar várias denúncias de corrupção, recomendaria aos integrantes do PMDB que ficassem ao lado do governo federal, firmando posição contra a instalação da CPI. Esse apoio ao governo, observou, deve ser expresso na recusa em assinar o requerimento para a formação da comissão.

Segundo Jader, todos compreendem sua posição como dirigente partidário.

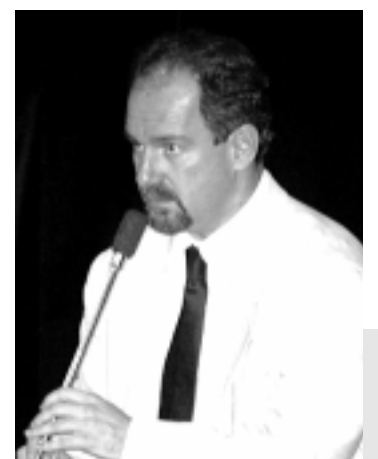
O senador acrescentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso “está tranquilo com relação a esse assunto, que é um assunto do Congresso e faz parte de uma ação política da oposição”. Ele confirmou ainda que a estratégia do governo se concentra em evitar que seja alcançado o *quorum* necessário para a instalação da CPI – um terço dos deputados federais e dos senadores.

Oposição continua a busca de assinaturas

A decisão do PMDB de não apoiar a instalação da CPI da Corrupção não surpreendeu o líder do Bloco Oposição no Senado, José Eduardo Dutra (PT-SE). “O PMDB faz parte da bancada governista no Congresso e, pelo que parece, não tem intenção de sair”, constatou ele. O senador salientou, no entanto, que continuará o trabalho de coleta de assinaturas entre os peemedebistas. “Os senadores que prometeram assinar disseram que o fariam se o partido não fechasse questão contra as assinaturas. Como foi isso o que aconteceu, continuaremos conversando”, disse.

Na avaliação de Dutra, as dificuldades que os partidos oposicionistas estão encontrando para completar as 27 assinaturas no Senado e 171 na Câmara, necessárias à instalação da CPI, devem-se à pressão do governo sobre os parlamentares. “O governo tem estratégias poderosíssimas, que vão desde o terrorismo psicológico ao fisiologismo descarado”, afirmou.

Dutra anunciou que tentará mobilizar a opinião pública a favor da CPI. No dia 5 de abril, em Brasília, será realizado o primeiro ato público, o que se repetirá depois em outras capitais. A oposição pretende espalhar pelo país cartazes com os nomes dos parlamentares que não assinaram o requerimento. “A pressão popular é nossa arma”, disse Dutra.



José Eduardo Dutra, líder do Bloco Oposição: “A pressão popular é nossa arma”

Tebet pede agência para desenvolver Centro-Oeste

Contrário à extinção das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) reivindicou a criação de uma agência voltada para a solução dos problemas do Centro-Oeste nos moldes daqueles órgãos. No seu entender, só assim as economias das regiões mais pobres do país podem ser alavancadas.

Ele lamentou que, mesmo ocupando 25% do território brasileiro, a região Centro-Oeste não disponha de instrumentos que facilitem a sua articulação com as demais regiões do país e permitam o seu desenvolvimento.

Ramez Tebet disse que em Mato Grosso não há uma única agência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e também condenou o fato de a maior parte dos recursos do banco ser destinada às regiões Sul e Sudeste.

Órgãos como a Sudam e a Sudene, suspeitos de irregularidades, devem ser aperfeiçoados e não eliminados, afirmou Tebet. Citando o jornalista Carlos Chagas, o senador disse que “não se pode acabar com a Igreja só porque um padre desonrou a batina”. Para o senador, “sobrarão poucas instituições no Brasil se toda vez que alguém praticar uma irregularidade num órgão público, ele for extinto”.

Ele lembrou que, na época da desvalorização do real, membros da diretoria do Banco Central foram envolvidos em denúncias de irregularidades sem que isso implicasse o fim da instituição.

Em apartes, os senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Lúcio Coelho (PSDB-MS) manifestaram apoio às afirmações feitas por Ramez Tebet.



Ramez Tebet protestou contra a proposta de extinção da Sudene e da Sudam

José Roberto Arruda diz que CPI é caso encerrado

Para líder do governo, aprovação da regulamentação da previdência complementar “é um sinal da retomada dos trabalhos” no Congresso

O líder do governo no Senado, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), considerou encerrado o episódio da tentativa de instalar a CPI da Corrupção. A decisão dos partidos governistas de não apoiarem o requerimento de criação da comissão – ontem pela manhã, a bancada do PMDB ratificou essa posição – significa, na avaliação de Arruda, a indicação de que o Congresso vai se ocupar de outros assuntos a partir de agora.

– A votação do projeto que regulamenta a previdência complementar é um sinal da retomada dos trabalhos no Congresso. A decisão dos partidos aliados é definitiva e, portanto, este é um episódio encerrado – disse.

Arruda: “Nada pode ficar sem explicação. O governo vai esclarecer tudo”



O senador garantiu que o governo vai continuar investigando todas as denúncias de irregularidades presentes no requerimento da oposição e que envolverem o Executivo. Esta é, segundo o líder, uma determinação ex-

pressa do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Nada pode ficar sem explicação. O governo vai esclarecer tudo no menor prazo possível, sem deixar uma vírgula sem resposta – frisou Arruda.

Conselho de Ética do Senado ouve procuradores em reunião secreta

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado ouviu na noite de ontem, em reunião fechada, os procuradores da República Guilherme Schelb e Eliana Torelly sobre a reunião que mantiveram com o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no início de fevereiro. Nesse encontro, conforme a revista *IstoÉ*, Antonio Carlos teria afirmado possuir uma lista com os votos dos senadores dados durante a sessão secreta que casou o então senador Luiz Estevão, em junho do ano passado.

Os dois procuradores foram chamados para o depoimento fechado porque, no dia 14, em reunião aberta, eles haviam se



Ramez Tebet entre os procuradores Eliana Torelly e Guilherme Schelb

recusado a comentar o conteúdo da conversa com o senador Antonio Carlos Magalhães, alegando que poderiam, com isso, ferir as normas de conduta da Procuradoria Geral da República. A reunião de ontem começou às 19h15 e continuava à meia-noite.

Antes da reunião, o presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), admitiu que os senadores poderiam fazer uma acareação entre os procuradores Guilherme Schelb, Eliana Torelly e Luiz Francisco de Souza, que depôs também no último dia 14.

Eduardo Siqueira Campos destaca vantagens do apoio a hidrovias

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou o artigo “A vaca louca e as hidrovias”, publicado ontem no jornal *O Globo*, em que o autor – Cláudio Dreer, diretor da Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia – defende o uso das hidrovias no transporte de produtos agrícolas bra-

si-leiros. O senador pediu a transcrição do artigo nos Anais do Senado.

O autor do artigo revela que um recente estudo da Embra-pa constatou que o Brasil perde milhões de reais na colheita e na comercialização devido ao mau preparo do solo e principal-mente ao modo de transpor-

te do produto. Dreer questiona por que o Brasil, dono de uma das maiores redes de hidrovias do mundo, não a utiliza corretamente. A utilização das hidrovias, citou o senador, tornaria os produtos agrícolas brasileiros imbatíveis no mercado internacional, principalmente os grãos.

Lúcio Alcântara faz elogios a trabalho da Aneel

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou otimismo em relação à atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que acaba de divulgar seu relatório de atividades referente ao período de 1998 a 2000. Na avaliação do senador, a agência está adotando uma sistemática que garante o Brasil contra más surpresas no futuro. A Aneel, explicou, tem como principal missão regulamentar, supervisionar e fiscalizar o setor elétrico, em defesa dos interesses mais diretos dos consumidores.

Alcântara fez uma análise do quadro internacional do setor elétrico e afirmou que, internacionalmente, ainda não há uma resposta para uma boa reforma no setor, como vem comprovando a crise no rico estado norte-americano da Califórnia, que sozinho responde por um Produto Interno Bruto (PIB) 50% superior ao brasileiro. Na Califórnia, onde os consumidores residenciais e não-residenciais sofrem as conseqüências do problema da escassez de energia, com tarifas inflacionadas, as empresas de geração estão manipulando o mercado, afirmou o senador. Na sua opinião, faltaram naquele estado uma transição prudente e a manutenção de instrumentos de intervenção ao alcance do governo.

Para Alcântara, o modelo brasileiro indica bom resultado por prever competição entre as geradoras para vender às distribuidoras e competição para comercializar energia aos grandes consumidores, como indústrias e *shopping-centers*. Para chegar a esse modelo, lembrou, uma empresa de consultoria internacional foi contratada em 1996 pelo Ministério de Minas e Energia. Lembrando que as reformas no setor elétrico começaram em todo o mundo nos anos 80, com a privatização do setor e a introdução da competição, Alcântara afirmou que a agência autônoma, de modelo norte-americano, mostrou-se adequada para servir de árbitro e supervisor dos setores reformados.

Patrocínio quer sociedade e governo juntos contra a miséria

Senador lamenta que muitos empresários estejam “enclausurados num mundo particular, distante de qualquer projeto coletivo”

Governo e sociedade devem, na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), trabalhar juntos para minorar o problema da miséria no país. Para o senador, as empresas têm sua parcela de responsabilidade social e a capacidade para sensibilizar as comunidades nas quais atuam, o que faz delas agentes sociais de extrema importância.

— Reconheço que boa parte do empresariado brasileiro é conservadora e não deseja mudança. Muitos desses empresários perderam a consciência de Brasil e de seus problemas. Enclausuram-se num mundo particular, para o qual adotaram serviços privados de segurança, saúde, educação, transporte, previdência. É como se tivessem criado um estado particular, que funciona quase autonomamente, dissociado do próprio Estado e muito distante de qualquer projeto coletivo de sociedade — disse o senador.

Como exemplo de liderança moderna no mundo dos negócios, Patrocínio apontou o empresário Oded Grajew, criador da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança,



Patrocínio: dados da ONU mostram que há no mundo 3 bilhões de pessoas vivendo na mais absoluta pobreza

entidade do setor de brinquedos que reúne 2.500 empresas para apoiar projetos que beneficiam mais de um milhão de crianças e adolescentes. O senador citou ainda outra iniciativa do empresário, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que tem o objetivo de sensibilizar, mobilizar e ajudar as empresas a adotarem e implementarem práticas e políticas socialmente responsáveis.

Patrocínio apresentou dados do *Mapa da Miséria*, divulgado recentemente pela Assembleia Geral da ONU, em Genebra, Suíça. Segundo o estudo, 3 bilhões de pessoas vivem na mais absoluta pobreza.

“Isso representa nada mais nada menos do que a metade da população mundial. Não há homem — se homem for, no sentido pleno da palavra — que não se sinta impressionado, sensibilizado, abalado, comovido, ao se deparar com tal cifra”, afirmou Patrocínio.

O Brasil, assinalou o senador, pela distribuição de renda, está situado entre os países mais subdesenvolvidos do planeta. “Consta de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, em 1999, o contingente de pobres brasileiros ganhou a adesão de mais de três milhões de pessoas”, revelou.

Eduardo Siqueira Campos sugere inclusão de carne na cesta básica

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pretende que a carne bovina seja incluída na cesta básica distribuída pelos programas governamentais brasileiros. O senador informou que o embargo canadense à carne brasileira, que durou 21 dias, causou queda de 9% no consumo do produto e já resultou em cerca de 3 mil demissões nos frigoríficos de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. Para Eduardo, a inclusão da carne na cesta básica garantiria a manutenção dos empregos no setor pecuário, daria uma demonstração pública da qualidade da carne brasileira e ainda melhoraria a alimentação das camadas mais carentes da população.

Eduardo elogiou a intenção do governo brasileiro de denunciar à Organização Mundial do Comércio a atitude unilateral do Canadá — que levou junto os Esta-

dos Unidos e o México — de proibir a comercialização da carne bovina brasileira, alegando suspeita de contaminação com o mal da vaca louca, sem comprovação técnica. Para Eduardo Siqueira Campos, a atitude do Canadá não pode ficar impune.

O senador elogiou também a atitude da Associação Nacional dos Pecuáristas, que pretende pedir na Justiça canadense indenização ao governo daquele país.

Eduardo Siqueira Campos disse que é necessária uma reformulação das normas que regem a ordem mundial, para evitar o processo de acumulação de riqueza e poder. Segundo ele, mesmo os órgãos criados pela Organização das Nações Unidas para garantir equidade e soluções harmônicas para as questões internacionais acabam se tornando instrumentos para aprofundar a dominação dos mais fortes.

Eduardo apóia intenção do governo de denunciar o Canadá à Organização Mundial do Comércio



Trabalho e emprego em debate na TV Senado

O programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, discute o trabalho e o emprego no Brasil. O senador Tasso Rosado (PMDB-RN) e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre a capacitação do trabalhador para o novo mercado globalizado e sobre a legislação trabalhista no Brasil. O programa será apresentado às 6h30.

A política de transporte urbano é o assunto do programa *Entrevista*. O senador Nilo Teixeira (PSDB-RJ) defende como solução o sistema de metrô, que já é objeto de crescentes



Tasso Rosado participa do programa *Cidadania* hoje na TV Senado

investimentos em algumas cidades. O senador lembra que a Companhia Brasileira de Transporte Urbano investiu até agora US\$ 204 milhões em Recife e US\$ 310 milhões no Rio de Janeiro. O programa vai ao ar às 7h30.

O programa *Entrevista* das 9h30 debate a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O senador Bello Parga (PFL-MA) fala da proposta de emenda constitucional de sua autoria que cria o IMF (Imposto sobre Movimentação Financeira).

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE	RÁDIO SENADO HOJE
6h30 — <i>Cidadania</i> — O sen. Tasso Rosado e a consultora organizacional Maria José Bretas falam sobre trabalho e emprego no Brasil	8h — <i>Agenda Senado</i> Em seguida — Música e informação
7h30 — <i>Entrevista</i> — O sen. Nilo Teixeira fala sobre a política de transporte urbano	10h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo) Em seguida — Música e informação
8h — <i>Jornal do Senado</i> — As principais notícias do dia	14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise) Em seguida — Música e informação
8h30 — <i>Saúde/Unip</i> — Dor no ombro	19h — <i>A Voz do Brasil</i> Em seguida — Música e informação
9h — <i>As Cores do Brasil</i> — Espírito Santo	20h30 — <i>Senado em Linha Direta</i> — Edição Nordeste Em seguida — Música e informação
9h30 — <i>Entrevista</i> — O sen. Belo Parga fala sobre a permanência da CPMF	21h — <i>Senado em Linha Direta</i> — Edição Norte/Centro-Oeste Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)	21h30 — <i>Senado em Linha Direta</i> — Edição Sul/Sudeste Em seguida — Música e informação
Logo após — <i>CPI do Futebol</i> (gravado)	
Logo após — <i>CPI do Roubo de Cargas</i> (gravado)	
21h — <i>Jornal do Senado</i> — As principais notícias do dia	
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)	

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO	RÁDIO SENADO FM
Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado	Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:
Net: operadora local informa o número do canal	Equipamentos necessários:
DirectTV: canal 163	• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
Sky Net: canal 30	• Receptor ABR 200, ComStream
Tecsat: canal 17	• LBN DRO ComStream
Internet: www.senado.gov.br	• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
Antena Parabólica — Sistema Digital:	Informações técnicas:
• Satélite: B1	• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)	• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical	• Polarização: Vertical (RX)
• Frequência: 3.644,4 MHz	• Modo: Joint-Stereo
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz	• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Antena: 3,6 m	• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110	
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB	
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s	
• FEC: 3/4	
Antena Parabólica — Sistema Analógico:	
• Satélite - B1	
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)	
• Polarização: Horizontal	
• Frequência — 4.130 MHz	



Conforme Roberto Freire, o Brasil é agora parte de um "pequeno círculo de nações"

Freire comemora o domínio pelo país da técnica de clonagem

Ao parabenizar a equipe da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) por ter conseguido clonar uma bezerra da raça simental, o senador Roberto Freire (PPS-PE) comentou que o Brasil demonstra vocação para se transformar rapidamente em grande potência. Ele destacou o fato de o país ter ingressado "no pequeno círculo de nações" — como a Inglaterra, Austrália, Estados Unidos e Japão — que dominam a técnica da clonagem.

— Perdemos várias oportunidades ao longo do tempo, e muitos dos nossos desequilíbrios sociais e econômicos atuais derivam desse fato. Não conseguimos ser parceiros destacados da Revolução Industrial e não nos inserimos no forte processo de desenvolvimento alcançado por tantos países no século passado — afirmou Roberto Freire.

O senador disse acreditar que, com a revolução técnico-científica, o Brasil apresenta-se ao mundo com inúmeras vantagens comparativas, não podendo deixar de evoluir. Para isso, prosseguiu Freire, são necessárias políticas públicas bem estruturadas e estrategicamente definidas dos empreendedores, cientistas, institutos e centros de pesquisas públicos e privados.

Roberto Freire disse que a experiência bem-sucedida da Embrapa comprova que as conquistas da civilização ultrapassam o fundamentalismo ideológico dos "que se apegam a concepções ideológicas atrasadas e conservadoras". Ele lamentou que ainda haja restrições ao desenvolvimento da pesquisa, como ocorreu no Rio Grande do Sul, onde participantes do Fórum Social Mundial atearam fogo em plantações experimentais de soja transgênica.

Rocha pede sanção de projeto que põe fim aos manicômios

Senador elogia aprovação de proposta na Câmara e afirma que as mudanças permitirão dar "atendimento humanitário" aos pacientes

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou ontem em Plenário a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de substitutivo do Senado a projeto que extingue progressivamente os manicômios, utilizando outros recursos assistenciais como alternativas.

Lembrando que a matéria tramitou durante dez anos no Congresso Nacional, Sebastião Rocha pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso a sancione na íntegra. Ele também ressaltou o fato de finalmente ter sido elaborada uma legislação específica sobre o assunto.

Relator da matéria no Senado, Rocha considerou que a Câmara



Sebastião Rocha defende um novo enfoque para a atuação dos serviços públicos na área

aprimorou o projeto como um todo. Ele revelou que a retirada de dois dispositivos melhorou o

texto original, e disse que o projeto é um avanço no tratamento das pessoas com transtornos psíquicos, já que redireciona o trabalho do serviço público nessa área. Segundo o senador, esse trabalho resultou de entendimentos mantidos entre a Federação Brasileira dos Hospitais e o Movimento da Luta Antimanicomial.

— Trata-se da reforma psiquiátrica que sempre foi almejada por aqueles que entendem que esses pacientes devem ter um atendimento humanitário e ser tratados em um ambiente o mais comunitário possível, com acesso permanente aos parentes e com todos os direitos respeitados — afirmou.

Direitos para portadores de transtornos psíquicos

O projeto de lei que extingue progressivamente os manicômios, relatado pelo senador Sebastião Rocha no Senado Federal e aprovado terça-feira pela Câmara dos Deputados, prevê a substituição dessas instituições por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. O texto aprovado estabelece a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos psíquicos, e

redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

O projeto relaciona nove direitos nos atendimentos em saúde mental. Entre eles, a garantia de sigilo para o paciente quanto às informações prestadas e o tratamento preferencial em espaços comunitários de saúde mental. A proposta determina ainda que a internação só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

De acordo com a matéria aprovada, pesquisas científicas para fins terapêuticos ou de diagnósticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes. Está previsto também no texto que o Conselho Nacional de Saúde criará comissão nacional para acompanhar a implementação da lei.

Cândido quer saber por que inquérito sobre licitação da P-36 foi suspenso

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) apresentou ontem requerimento de informações ao ministro da Justiça, José Gregori, para que explique os motivos que levaram a Polícia Federal a suspender as investigações sobre o envolvimento entre dirigentes da Petrobras e a empresa Marítima, a construtora da P-36 — que afundou semana passada no Rio de Janeiro —, em possíveis irregularidades na licitação para a construção da plataforma.

Geraldo Cândido informou ter recebido carta do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), também remetida à presidência da Petrobras, contendo reportagens e denúncias sobre a ocorrência de irregularidades na contratação da empresa

para construir a plataforma.

O senador citou reportagem da revista *Veja* do ano passado, sob o título *Ligações Perigosas*, segundo a qual os depoimentos à Polícia Federal de representantes da Marítima e do ex-presidente da Petrobras Joel Mendes Rennó sobre possíveis irregularidades na licitação para a construção da plataforma P-36 foram totalmente discrepantes dos depoimentos do atual presidente, Henri Philippe Reichstul, numa segunda audiência.

Segundo o parlamentar, o atual presidente da Petrobras, Henri Reichstul, ao responder à carta do Sindipetro-RJ sobre essas irregularidades, "também não conseguiu esclarecer alguns pontos sobre o caso Marítima". Ele exibiu ainda



Segundo Geraldo Cândido, nem o atual nem o ex-presidente da Petrobras esclareceram o assunto

várias reportagens que denunciavam fatos supostamente irregulares, inclusive uma com foto de uma casa em Angra dos Reis (RJ), avaliada em R\$ 2 milhões, pertencente a um ex-diretor da Petrobras envolvido nas denúncias.



Ademir diz que os funcionários da PF, que desempenham função análoga, já recebem a gratificação

Ademir cobra gratificação para Polícia Rodoviária

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) cobrou do governo federal a imediata extensão da Gratificação de Operações Especiais (GOE) para os servidores da Polícia Rodoviária Federal. Hoje, o benefício é concedido aos integrantes da Polícia Federal (PF) e aos delegados e policiais civis do Distrito Federal.

A Gratificação de Operações Especiais passou a ser concedida à Polícia Federal em novembro de 1979, sendo estendida aos policiais rodoviários federais em fevereiro de 1980, e suspensa para ambos em março de 1996. Uma medida provisória, editada em 1999, concedeu novamente o benefício à Polícia Federal e, em sua reedição, em 2000, estendeu-a aos policiais civis do Distrito Federal.

Àquela época, os policiais rodoviários federais reivindicaram sua inclusão entre os beneficiários, e não foram atendidos. Para o senador, é inexplicável o fato de até hoje os servidores da Polícia Rodoviária Federal não estarem recebendo a gratificação. "Os policiais rodoviários federais exercem missões semelhantes às da Polícia Federal e têm papel importante mesmo no combate aos crimes de contrabando e tráfico de drogas", disse.

Segundo Ademir, o próprio Executivo reconhece a justiça da reivindicação. O senador informou que parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, manifesta-se "pela procedência" do pedido de extensão da gratificação aos integrantes da carreira de policial rodoviário federal. Embora o documento tenha sido encaminhado à Casa Civil em julho de 2000, informou, o governo ainda não fez a correção, "mesmo reconhecendo a causa como justa e legal".

Ricardo Santos sugere alternativas para crise energética

Senador contesta a versão do governo federal de que a ameaça de racionamento de energia tem como causa a escassez de chuvas. Segundo ele, faltam investimentos adequados no setor

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) contestou a tese do governo de que a ameaça de racionamento de energia tem como causa a falta de chuvas. Para ele, a falta de investimentos no setor, em especial a demora na construção da nova linha de interligação das bacias Sul-Sudeste, somente agora em licitação, representa a causa mais importante da atual crise energética, a mais séria das últimas décadas, segundo afirmou.

Ricardo Santos disse que a situação é inusitada e peculiar, com as usinas hidrelétricas no Sul vertendo a água que hoje falta no Sudeste. Ressaltou que, se já estivesse em operação a nova linha de transmissão, essa energia suplementar estaria chegando ao Sudeste. Além disso, a região poderia estar recebendo 1.000 megawatts do contrato de



Santos propõe medidas emergenciais para evitar racionamento

compra de energia da Argentina, hoje inativo pela mesma razão.

A nova linha acabou de ser licitada, com Furnas vencendo a concorrência. Essa linha, de 328 km de extensão, com investimentos da ordem de R\$ 412 milhões, tem cronograma previsto para dois anos e aumentará o intercâmbio energético entre Sul e Sudeste em 2.000 megawatts, informou o senador.

Para Ricardo Santos, além de diminuir esse prazo para 15 meses, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) precisam comprar excedentes de produtores privados, colocar em pleno funcionamento as termelétricas já instaladas na região e realizar campanhas de redução do consumo de energia junto às indústrias, ao setor público e à população, se quiserem evitar o

racionamento.

Além dessas medidas emergenciais, o senador conclamou o governo a implementar o programa de termelétricidade a gás natural, corrigindo o hiato entre o preço do gás em dólar e a tarifa de energia elétrica fixada em reais. Como representante do Espírito Santo, reivindicou, ainda, a construção da linha de transmissão Ouro Preto-Vitória, sanando as deficiências do abastecimento energético do estado, por ser ponta de linha do sistema.

Em apartes, os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) concordaram com a tese de que a energia insuficiente no Sudeste se deve à falta de planejamento e investimento no setor, e não à escassez de chuvas. O senador Paulo Hartung (PPS-ES) lembrou que o ministro de Minas e Energia, José Jorge, comparecerá ao Senado, no próximo dia 17, para explicar a visão do governo sobre a crise e informar sobre as providências para combatê-la.

Rio São Francisco deve ser revitalizado antes da transposição, alerta Valadares

Antes de pensar em transpor as águas do rio São Francisco para outros estados do Nordeste, o governo precisa atentar para a necessidade de cuidar da recuperação e revitalização desse manancial. O alerta foi feito ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), ao chamar a atenção sobre a questão da água no século 21. Com base em dados da revista virtual *Água On Line*, o senador informou que o refluxo das águas do rio São Francisco desequilibrou o braço-de-ferro que existia entre o rio e o mar.

— Nos últimos cinco anos, a maré avançou sem parar, engolindo 390 casas da ilha de pescadores do Cabeço, em Sergipe. A igreja do Bom Jesus foi afogada pelas ondas e o farol soçobra. O problema maior é que as autoridades insistem em encarar o São Francisco como rio supridor de matéria-prima (água). Ele pode ser condutor, mas nunca a fonte supridora — afirmou Valadares.

A poluição no São Francisco foi

outro problema apontado pelo senador. Ele informou que 30% dos esgotos da região metropolitana de Belo Horizonte caem em afluentes importantes, como o rio das Velhas e o Paraopeba, juntamente com os de outras 400 cidades, poluindo o rio São Francisco com coliformes fecais, ferro, manganês, fenóis, óleos, graxas e até arsênico e mercúrio, subprodutos da extração de ouro e outros minerais.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse, em aparte, que o Senado tem levado a sério o problema da água, “o ouro do século 21”. Cabral solidarizou-se com Valadares na defesa da água, que classificou como “um bem imprescindível para a sobrevivência da humanidade”. O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse que as gerações passadas jamais imagi-



Valadares diz que o São Francisco não pode ser fonte supridora de água

nariam que hoje a escassez de água estaria em debate. Quintanilha também entende que é preciso recuperar o São Francisco antes de transpor suas águas para outras bacias.

Valadares registrou ainda encontro internacional ocorrido em dezembro do ano passado, em Cochabamba, Bolívia, sobre a pressão global que está sendo exercida para entregar a exploração da água a empresas particulares. Desse encontro, continuou o senador, saiu a Declaração de Cochabamba, que defende como “direito inviolável” a conservação da água para gerações futuras; a proibição, em tratado internacional, de sua negociação e privatização para propósitos comerciais, e a proteção e regulação dos mananciais pelas comunidades locais em parceria com os governos.

Mozarildo anuncia novos investimentos da Suframa

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aprovou no último dia 23, em Boa Vista (RR), investimentos da ordem de R\$ 200 milhões destinados a projetos na Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima). O estado do Amapá, cujo governador participou da reunião da Suframa, também será beneficiado. Essas informações foram dadas em Plenário pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Segundo Mozarildo, os recursos — pertencentes à própria superintendência — serão distribuídos na proporção de 35% para os governos estaduais, 35% para as prefeituras do interior, 10% para as prefeituras das capitais e 20% para a própria Suframa, que os aplicará nas



Mozarildo defende participação de municípios do interior na Suframa

áreas de ciência e tecnologia, em convênio com universidades e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

— Ao contrário do que muita gente pensa, o raio de ação da Suframa é bem mais amplo que a cidade de Manaus — disse Mozarildo.

O senador informou que vai apresentar projeto de lei prevendo mudança no estatuto da Suframa para permitir que os municípios do interior designem representantes para o conselho deliberativo da superintendência. Devido ao que Mozarildo classificou de omissão, apenas os estados, as capitais e alguns ministérios estão representados na Suframa. A idéia do senador é que os municípios do interior elejam um representante por estado.

Lobão elogia trabalho do Tribunal de Justiça do MA

O senador Edison Lobão (PFL-AM) elogiou o trabalho do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jorge Rachid Mubarak Maluf, afirmando que ele vem modernizando o Poder Judiciário no estado. O senador registrou as solenidades de casamento coletivo como uma importante iniciativa do tribunal em prol da cidadania, com a finalidade de regularizar, perante a Justiça, a situação de milhares de casais que vivem maritalmente há muitos anos.

Edison Lobão comentou também que o serviço gratuito Te-



Lobão: presidente do tribunal está modernizando o Judiciário

lejudiciário do tribunal maranhense teve um acréscimo de 9% de ligações recebidas em relação ao ano passado, contando com 5.481 ligações, “o maior número desde a sua implantação em 1997”.

De acordo com Jorge Rachid, disse o senador, a satisfação do cidadão que recorre ao Poder Judiciário é o maior incentivo e fonte inspiradora do trabalho realizado. Os projetos do Tribunal de Justiça do Maranhão se concentram em três áreas de atuação, explicou o senador: informação, cidadania e otimização na prestação dos serviços.